



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Política Econômica

Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores

Indicadores Fiscais



Série
Perguntas
Mais Frequentes

Indicadores Fiscais¹

Este texto integra a série “Perguntas Mais Frequentes”, editada pela Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin) do Banco Central do Brasil, abordando temas econômicos de interesse da sociedade. Com essa iniciativa, o Banco Central do Brasil vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos da nossa realidade, buscando aumentar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

¹ Publicado com informações disponíveis até maio de 2003.

Sumário

1.	Quem produz os indicadores fiscais no Brasil?	7
2.	Qual a diferença entre os resultados primários “acima da linha” e “abaixo da linha”?	7
3.	Como se definem os resultados nominal, operacional e primário do setor público?	8
4.	Qual a diferença entre os regimes de caixa e de competência?	9
5.	Quais foram o resultado primário e as necessidades de financiamento do setor público em 2002?	9
6.	Qual a abrangência de setor público para efeitos de cálculo do resultado fiscal?	11
7.	O que significa o termo “harmonizado” nas estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central?	13
8.	Quais são as principais fontes de financiamento do setor público?	13
9.	O que é a Dívida Bruta do Governo Geral e qual seu montante?	14
10.	O que é a Dívida Líquida do Governo Geral?	15
11.	Que ativos estão incluídos entre os Créditos do Governo Geral?	15
12.	O que é a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado?	16
13.	Como a DLSP se comportou recentemente?	16
14.	Quanto da DLSP registrada em 2002 decorre do reconhecimento de “esqueletos”?	17
15.	O que é a Dívida Fiscal Líquida?	18
16.	O que é a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e qual a sua composição por emissor?	18
17.	Qual a composição da DPMFi por indexador?	19
18.	Qual o significado da taxa implícita?	20
19.	Como posso saber mais sobre indicadores fiscais?	20
20.	Como posso consultar os dados fiscais divulgados pelo Banco Central?	21

Indicadores Fiscais



1. Quem produz os indicadores fiscais no Brasil?

No Brasil, os principais indicadores fiscais de acompanhamento conjuntural são produzidos pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional. As informações fiscais divulgadas pelo Banco Central referem-se à dívida líquida, às necessidades de financiamento e ao resultado primário do setor público, discriminados por esfera de governo, enquanto o Tesouro Nacional é responsável pela divulgação dos itens não-financeiros de receitas e de despesas (resultado primário) do governo central.



2. Qual a diferença entre os resultados primários “acima da linha” e “abaixo da linha”?

Os resultados fiscais, no conceito primário, podem ser apurados de duas formas:

- “acima da linha”, que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não-financeiras do setor público; e
- “abaixo da linha”, que corresponde à variação da dívida líquida total, interna ou externa, excluídos os encargos financeiros líquidos.

Em outras palavras, o método “acima da linha” apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos e o método “abaixo da linha” pela diferença entre estoques. Como vantagens, o primeiro conceito permite o melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e despesas, enquanto o segundo método assegura a homogeneidade das informações e permite a análise adequada do financiamento do setor público.



3. Como se definem os resultados nominal, operacional e primário do setor público?

O resultado nominal é o balanço entre as receitas totais e as despesas totais, e corresponde à necessidade de financiamento do setor público (NFSP). Pelo método “abaixo da linha”, o resultado nominal equivale à variação total da dívida fiscal líquida no período. O resultado operacional corresponde ao resultado nominal, excluída a parcela referente à atualização monetária da dívida líquida. O resultado primário corresponde ao resultado nominal, excluída a parcela referente aos juros nominais sobre a dívida líquida. Os juros nominais são os juros reais mais a atualização monetária (Figura 1).

O conceito de resultado operacional é relevante em países de inflação alta, uma vez que indica a necessidade de financiamento do setor público em um ambiente sem inflação. A função da atualização monetária é simplesmente repor a parcela do estoque da dívida corroída pela variação dos preços. Em países com baixa inflação, onde o fator correção monetária é pequeno, o conceito de resultado operacional perde relevância.

O resultado primário, uma vez que não considera a apropriação de juros sobre a dívida existente, evidencia o esforço fiscal do setor público. Por meio desse conceito, é possível avaliar o empenho do setor público em equilibrar suas contas, livre da “carga” dos déficits incorridos no passado. Se o setor público gasta menos do que arrecada, desconsiderando a apropriação de juros sobre a dívida existente, há superávit primário.

Figura I – Resultados nominal, operacional, primário e juros nominais

<p>N = ▲ dívida fiscal líquida</p> <p>O = N - AM</p> <p>P = N - JN = O - JR</p> <p>JN = JR + AM</p>	<p>onde:</p> <p>N = nominal</p> <p>O = operacional</p> <p>P = primário</p> <p>JN = juros nominais</p> <p>JR = juros reais</p> <p>AM = atualização monetária</p> <p>▲ = variação</p>
---	---

Fonte: Banco Central do Brasil



4. Qual a diferença entre os regimes de caixa e de competência?

As despesas fiscais podem ser contabilizadas pelo regime de caixa ou de competência. Pelo regime de caixa, os dispêndios são medidos no mês do efetivo desembolso de recursos; no regime de competência, no mês do fato gerador da despesa. Por exemplo, os salários dos funcionários públicos referentes a janeiro de 2003 e pagos em fevereiro sensibilizam as estatísticas de gastos em janeiro, se apurados pelo regime de competência; ou em fevereiro, se apurados pelo regime de caixa.

No Brasil, os resultados primários, tanto do governo central, como do setor público consolidado, são contabilizados pelo regime de caixa. Já as despesas financeiras e as NFSP são apuradas pelo Banco Central pelo regime de competência.



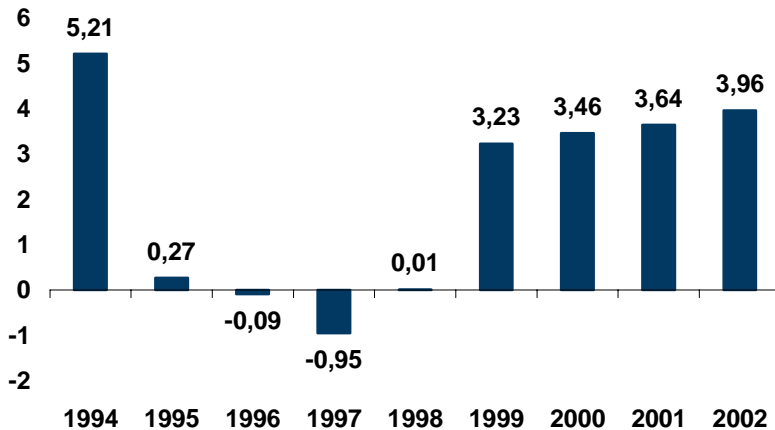
5. Quais foram o resultado primário e as necessidades de financiamento do setor público em 2002?

O setor público registrou superávit primário de R\$52,4 bilhões em 2002, superando a meta de R\$50,3 bilhões estabelecida no

Memorando Técnico de Entendimento com o FMI. Em relação ao PIB, o superávit primário situou-se em 3,96%, o percentual mais elevado desde 1994. O Gráfico 1 apresenta o resultado primário do setor público consolidado nos últimos nove anos, evidenciando que o ajuste fiscal tem sido aprofundado ano a ano desde 1997.

Para o período 2003-2005, a meta de superávit primário é de 4,25% do PIB. Na posição de abril de 2003, o setor público registrava um superávit acumulado em doze meses de 4,53%.

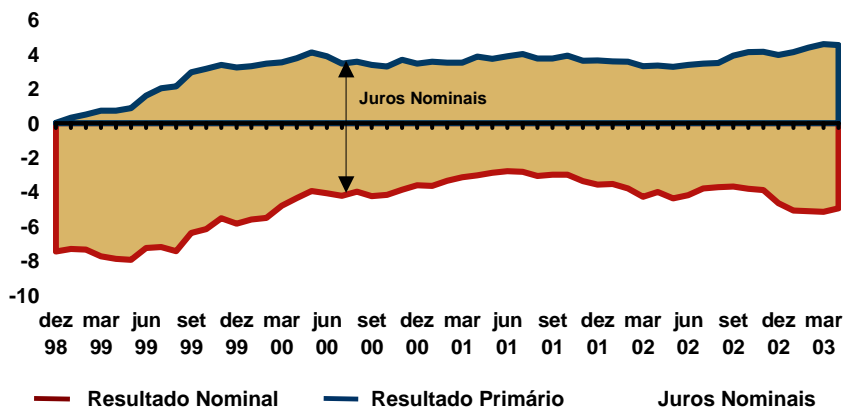
Gráfico 1 – Resultado Primário do Setor Público (% do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil

O total de juros nominais incidentes sobre a dívida líquida em 2002 somou R\$114,0 bilhões (8,63% do PIB). As necessidades de financiamento do setor público, por sua vez, totalizaram R\$61,6 bilhões (4,66% do PIB). O Gráfico 2 e a Tabela 1 apresentam a evolução do resultado primário, dos juros nominais apropriados e do resultado nominal desde dezembro de 1998.

Gráfico 2 – Resultado primário, juros nominais e resultado nominal – Fluxos acumulados em doze meses – % do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela I – Resultado primário, juros nominais e resultado nominal (% do PIB)

	1998	1999	2000	2001	2002
Resultado Primário	0,01	3,23	3,46	3,64	3,96
(+) Juros Nominais	-7,47	-9,06	-7,08	-7,20	-8,63
= Resultado Nominal	-7,46	-5,84	-3,61	-3,57	-4,66

Fonte: Banco Central do Brasil



6. Qual a abrangência de setor público para efeitos de cálculo do resultado fiscal?

O conceito de setor público considerado para efeitos de mensuração do resultado fiscal é o setor público não financeiro mais o Banco Central. O setor público não financeiro, por sua vez, é composto pelo governo federal, governos estaduais, governos municipais, empresas estatais federais, estaduais e municipais e o INSS (Tabela 2).

O Gráfico 3 apresenta o resultado primário desagregado por esfera do governo, mostrando que o ajuste fiscal tem incluído não

apenas o governo federal, mas também os governos sub-nacionais (governos estaduais e municipais) e as empresas estatais, que registraram superávits acumulados em doze meses até abril de 2003 de 0,84% do PIB e 0,90% do PIB, respectivamente.

Tabela 2 – NFSP por esfera do governo (valores correntes)

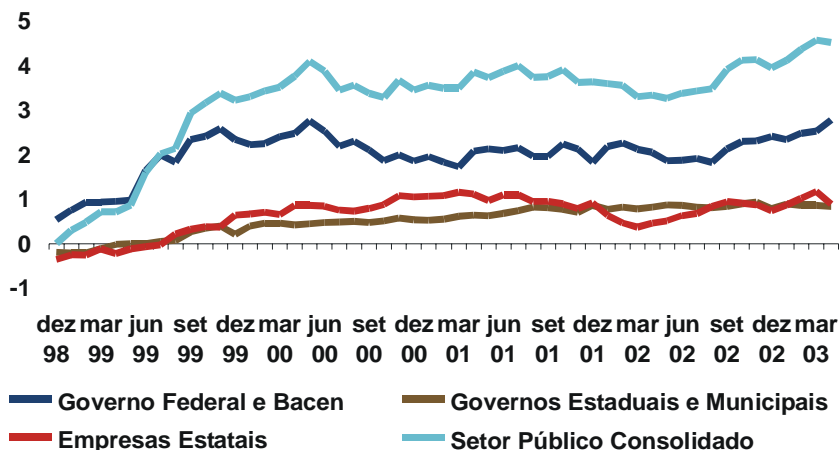
	2001		2002	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Nominal	42 788	3,57	61 614	4,66
Governo central	25 273	2,11	10 029	0,76
Governo federal ^{1/}	26 837	2,24	16 901	1,28
Bacen	-1 564	-0,13	-6 872	-0,52
Governos regionais	24 257	2,02	51 493	3,90
Governos estaduais	23 079	1,92	43 797	3,31
Governos municipais	1 178	0,10	7 696	0,58
Empresas estatais	-6 742	-0,56	91	0,01
Juros nominais	86 443	7,20	114 004	8,63
Governo central	47 253	3,94	41 948	3,17
Governo federal ^{1/}	49 507	4,13	49 598	3,75
Bacen	-2 255	-0,19	-7 650	-0,58
Governos regionais	34 728	2,89	62 126	4,70
Governos estaduais	30 291	2,52	52 356	3,96
Governos municipais	4 437	0,37	9 770	0,74
Empresas estatais	4 463	0,37	9 929	0,75
Primário	-43 655	-3,64	-52 390	-3,96
Governo central	-21 980	-1,83	-31 919	-2,42
Governo federal	-35 507	-2,96	-49 694	-3,76
Bacen	691	0,06	777	0,06
INSS	12 836	1,07	16 997	1,29
Governos regionais	-10 471	-0,87	-10 633	-0,80
Governos estaduais	-7 211	-0,60	-8 560	-0,65
Governos municipais	-3 260	-0,27	-2 073	-0,16
Empresas estatais	-11 204	-0,93	-9 838	-0,74
PIB	1 200 060		1 321 490	

1/ Inclui INSS.

(+) déficit (-) superávit

Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 3 – Resultado primário do setor público – por esfera do governo
Fluxos acumulados em doze meses (% do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil



7. O que significa o termo “harmonizado” nas estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central?

As necessidades de financiamento harmonizadas fazem parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), que tem como objetivo uniformizar as informações econômicas dos países do Mercosul. As estatísticas oficiais brasileiras para o resultado primário e para as NFSP são idênticas aos dados “harmonizados”. Relativamente à dívida, a base monetária não é considerada como dívida no critério harmonizado.



8. Quais são as principais fontes de financiamento do setor público?

Historicamente, o setor público brasileiro apresenta necessidades de financiamento positivas (déficits nominais). O setor público pode-se financiar (i) domesticamente, por meio de dívida mobiliária, de

dívida bancária ou da base monetária (que é um passivo do Banco Central), entre outras formas; (ii) externamente, via empréstimos; e (iii) pela redução de seus ativos.

Em 2002, os financiamentos internos corresponderam a 60% do total do déficit nominal de R\$61,6 bilhões. A Tabela 3 apresenta o quadro de usos e fontes do setor público consolidado em 2001 e em 2002.

Tabela 3 – Usos e fontes – Setor público consolidado – Fluxos acumulados no ano

	2001		2002	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Usos (= NFSP)	42 788	3,57	61 614	4,66
Primário	-43 655	-3,64	-52 390	-3,96
Juros internos	72 112	6,01	96 975	7,34
Juros reais	41 895	3,49	628	0,05
Atualização monetária	30 217	2,52	96 347	7,29
Juros externos	14 332	1,19	17 029	1,29
Fontes	42 788	3,57	61 614	4,66
Financiamento interno	27 810	2,32	36 980	2,80
Dívida mobiliária	58 353	4,86	3 364	0,25
Dívida bancária	-26 939	-2,24	14 692	1,11
Demais	-3 604	-0,30	18 923	1,43
Financiamento externo	14 978	1,25	24 634	1,86

(+) déficit (-) superávit

Fonte: Banco Central do Brasil



9. O que é a Dívida Bruta do Governo Geral e qual seu montante?

A Dívida Bruta do Governo Geral abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e o INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo. Em abril de 2003, a Dívida Bruta do Governo Geral totalizava R\$1.131,3 bilhões, equivalentes a 70,3% do PIB.

10. O que é a Dívida Líquida do Governo Geral?

A Dívida Líquida do Governo Geral é o balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais. A diferença entre os dois conceitos (Dívida Bruta e Líquida) é dada pelos Créditos do Governo Geral. Em abril de 2003, a Dívida Líquida totalizava R\$834,7 bilhões, ou 51,9% do PIB.

11. Que ativos estão incluídos entre os Créditos do Governo Geral?

Os créditos do Governo Geral incluem ativos com diferentes graus de liquidez. Dentre os ativos líquidos, destacam-se os depósitos bancários da Previdência Social, impostos governamentais coletados e não transferidos em todos os níveis de governo e depósitos em todos os níveis de governo – incluindo os depósitos do Tesouro Nacional no Banco Central. Entre os ativos com menor grau de liquidez, incluem-se créditos externos do governo federal, créditos junto às empresas estatais, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), patrimônio líquido dos fundos constitucionais e outros créditos governamentais (Tabela 4).

Tabela 4 – Créditos do Governo Geral (abril de 2003)

Discriminação	R\$ milhões	% do PIB
Créditos do Governo Geral (ativos)	296.558	18,4
Disponibilidades do Sistema de Seguridade Social	1.154	0,1
Impostos coletados e não transferidos (<i>float</i> , todos os níveis de governo)	9.208	0,6
Depósitos (todos os níveis de governo)	123.277	7,7
Investimento de fundos constitucionais	39.532	2,5
Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT)	64.574	4,0
Outros créditos do governo federal	23.797	1,5
Créditos junto a empresas estatais	29.733	1,8
Créditos externos do governo federal	5.281	0,3

Fonte: Banco Central do Brasil

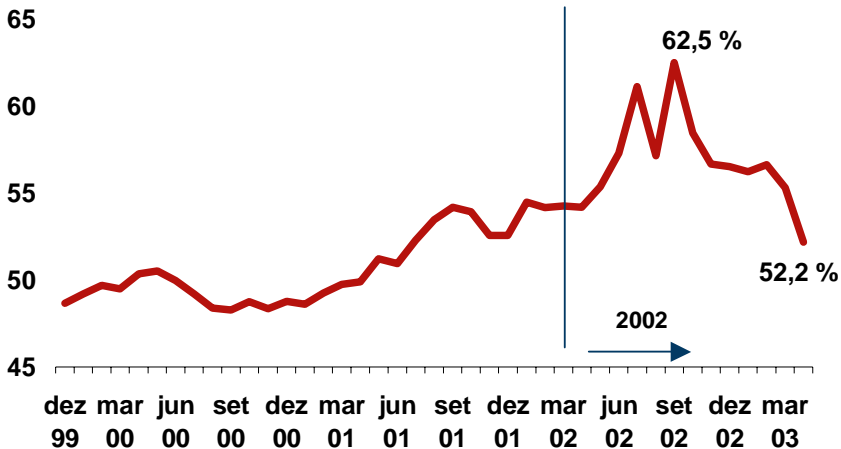
12. O que é a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado?

A Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (DLSP) é o conceito mais amplo de dívida, pois inclui os governos federal, estaduais e municipais, o Banco Central, a Previdência Social e as empresas estatais. Em abril de 2003, a DLSP totalizava R\$839,8 bilhões (52,2% do PIB). Desse total, a dívida interna líquida respondia por R\$652,3 bilhões (40,5% do PIB) e a dívida externa líquida pelos R\$187,4 bilhões (11,6% do PIB) restantes.

13. Como a DLSP se comportou recentemente?

Como se observa no Gráfico 4, a DLSP foi fortemente impactada pela desvalorização da taxa de câmbio em 2002, atingindo o pico (62,5%) em setembro do ano passado. Nos meses seguintes, essa tendência se reverteu, fechando abril de 2003 em 52,2% do PIB.

Gráfico 4 – Dívida líquida do setor público (% do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil

A Tabela 5 informa os principais fatores condicionantes da DLSP entre 2000 e 2002. Pode-se observar que a variação da DLSP acumulada em 2002 alcançou 3,96% do PIB. O efeito do ajuste cambial foi o principal fator expansionista sobre a evolução da dívida em 2002. O superávit primário, por sua vez, tem representado importante fator contracionista sobre a dívida líquida nos últimos anos.

Tabela 5 – Fatores condicionantes para a evolução da DLSP (variação acumulada no ano)

Discriminação	2000		2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Varição da DLSP (acum. ano)	46.585	0,10	97.704	3,79	220.241	3,96
Fatores Condicionantes	46.585	4,03	97.704	7,77	220.241	14,13
Necessidades de Financiamento do Setor Público	39.806	3,45	42.788	3,40	61.614	3,95
Primário	-38.157	-3,30	-43.655	-3,47	-52.390	-3,36
Juros Nominais	77.963	6,75	86.443	6,88	114.004	7,31
Ajuste Cambial	18.344	1,59	37.814	3,01	147.225	9,45
Dívida Externa - outros ajustes	0	0,00	-383	-0,03	753	0,05
Reconhecimento de Dívidas	8.672	0,75	18.465	1,47	14.286	0,92
Privatização	-20.238	-1,75	-980	-0,08	-3.637	-0,23
Efeito Crescimento do PIB		-3,94		-3,98		-10,17

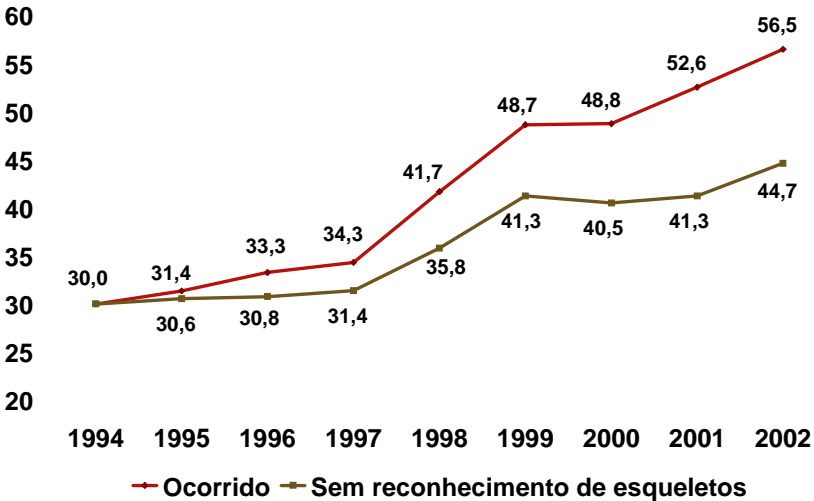
Fonte: Banco Central do Brasil



14. Quanto da DLSP registrada em 2002 decorre do reconhecimento de “esqueletos”?

No sentido de aumentar a transparência dos dados fiscais, o Banco Central passou a explicitar, a partir de 1996, o reconhecimento de passivos contingentes (os chamados “esqueletos”) nas estatísticas fiscais. Caso não houvesse o reconhecimento das dívidas passadas, o valor da DLSP seria de 44,7% do PIB. O Gráfico 5 apresenta a evolução da DLSP efetiva e a dívida sem o impacto do reconhecimento de esqueletos.

Gráfico 5 – Dívida líquida do setor público (% do PIB) – Ocorrido x Sem impacto do reconhecimento de esqueletos



Fonte: Banco Central do Brasil

15. O que é a Dívida Fiscal Líquida?

A Dívida Fiscal Líquida é a DLSP com ajustes patrimonial e metodológico, de forma que sua variação seja igual ao déficit nominal do setor público consolidado. O ajuste patrimonial abrange as receitas de privatização e a incorporação de “esqueletos”, que correspondem a variações nos estoques de dívida líquida que não são “gerados” pelos fluxos fiscais.

16. O que é a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e qual a sua composição por emissor?

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) é o estoque de títulos em mercado emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, e alcançava R\$644,4 bilhões em abril de 2003. A parcela de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado totalizava R\$601,9 bilhões, ou 93,4% da DPMFi. Cabe observar que o artigo 34 da Lei

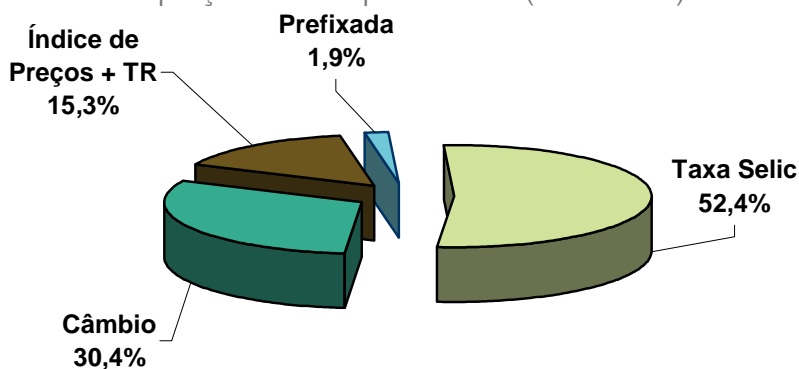
de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, vedou a emissão de títulos da dívida pública pelo Banco Central após dois anos de sua publicação. Em abril de 2003, ainda permaneciam em mercado R\$42,5 bilhões em títulos emitidos pela autoridade monetária, com prazo médio de dezessete meses até o vencimento.

17. Qual a composição da DPMFi por indexador?

Em abril de 2003, cerca de 67,7% da DPMFi estavam indexados à taxa Selic, 15,1% ao câmbio, 15,3% a índices de preços ou TR e 1,9% eram títulos prefixados. Cabe salientar que, considerando-se a posição líquida passiva em *swap* cambial do Banco Central (R\$98,4 bilhões), a composição da dívida seria de 30,4% indexada ao câmbio e 52,4% atrelada à taxa Selic, mantendo-se constantes as demais proporções (Gráfico 6).

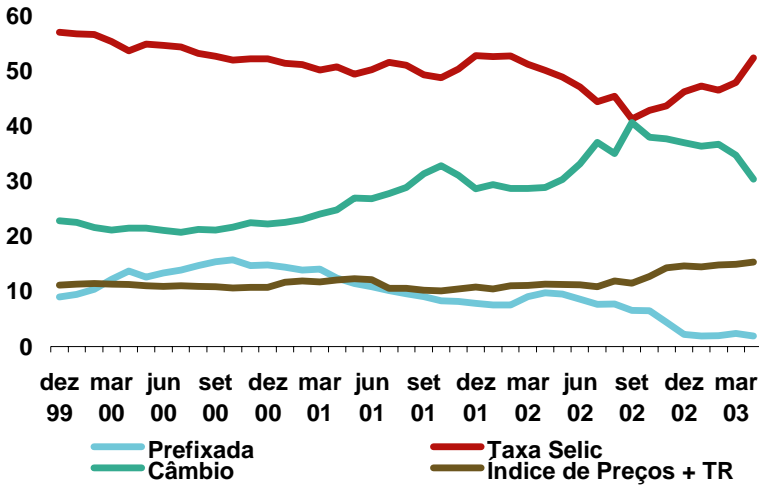
O Gráfico 7 apresenta a evolução da DPMFi por indexador desde dezembro de 1999, incluindo na dívida cambial os instrumentos derivativos (*swap* cambial). Note-se que o aumento na exposição cambial ao longo de 2002 deveu-se sobretudo à desvalorização da taxa de câmbio, já que o governo não fez colocação líquida de instrumentos cambiais no período.

Gráfico 6 – Composição da DPMFi por indexador (abril de 2003)



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 7 – Evolução da composição da DPMFi por indexador (%)



Fonte: Banco Central do Brasil



18. Qual o significado da taxa implícita?

A DLSP é composta de passivos e ativos com diferentes taxas de remuneração. Por exemplo, a base monetária tem custo zero, a dívida mobiliária doméstica é remunerada por diferentes indexadores e a dívida externa tem remuneração atrelada à variação cambial e ao custo de captação no exterior. Assim, a taxa implícita representa a média das taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos da DLSP.



19. Como posso saber mais sobre indicadores fiscais?

A página do Banco Central na internet dispõe de duas “Notas Técnicas” que discutem as implicações do esforço fiscal para a economia brasileira. Os caminhos estão apresentados a seguir.

Nota Técnica 25 – Há Razões para Duvidar de que a Dívida Pública no Brasil É Sustentável?

Ilan Goldfajn (julho/2002)

em http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2002nt25fiscal_sustainabilityp.pdf.

Nota Técnica 8 – Desempenho Fiscal: Devemos Aprofundar o Ajuste?

Pedro Paulo Ciseski (novembro/2001)

em http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2001nt08_desempfiscalp.pdf.



20. Como posso consultar os dados fiscais divulgados pelo Banco Central?

O Banco Central divulga mensalmente a “Nota para a Imprensa de Política Fiscal” (<http://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.shtm>), com os últimos dados fiscais do setor público. A defasagem das informações é de menos de um mês. Além do texto resumo, a “Nota para a Imprensa” apresenta uma série de quadros com os indicadores fiscais mais recentes e de períodos anteriores, para efeitos de comparação.

Outra fonte de consulta para os dados fiscais é a publicação “Resultado do Tesouro Nacional”, divulgada mensalmente na página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet (www.stn.fazenda.gov.br).

O Tesouro também disponibiliza na internet diversos relatórios sobre execução fiscal, além de documentos sobre a trajetória recente da dívida pública.

Para encontrar as séries de dados e atualizar todos os gráficos e tabelas apresentados neste documento, pode-se recorrer às *séries temporais* disponíveis na página do Banco Central na internet, em <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=559&codP=766&idioma=P>, seleção por assunto => Finanças Públicas.

O Banco Central também disponibiliza planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos em <http://www.bcb.gov.br/pec/>

[Indeco/Port/indeco.htm?perfil=1](http://www.bcb.gov.br/htms/indeco/Port/indeco.htm?perfil=1). Os indicadores fiscais encontram-se no Capítulo IV – Finanças Públicas. Além disso, existe uma base de dados específica em planilha Excel para as NFSP, em *Séries Especiais*, disponível no endereço <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/seriehistdivliq-p.shtm>

Série “Perguntas Mais Frequentes” Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário 5/2003
2. Índices de Preços 5/2003
3. Copom 5/2003
4. Indicadores Fiscais 5/2003
5. Preços Administrados 5/2003
6. Gestão da Dívida Mobiliária e Operações de Mercado Aberto 5/2003
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro 5/2003

Diretor de Política Econômica

Ilan Goldfajn

Coordenação

Pedro Fachada

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques

Carolina Freitas Pereira

César Viana Antunes de Oliveira

Luciana Valle Rosa Roppa

Maurício Gaiarsa Simões

Riva Rossini y Albernaz

Shad Turney

Tarsila Segalla Afanasieff

Vanessa Simbalista Escarlate

Criação e editoração:

Secretaria de Relações Institucionais

Impressão:

Gráfica Ideal

Tiragem:

500

Junho/2003

Brasília-DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do
Banco Central do Brasil